

## **DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: solução ou reprodução do problema entre desenvolvimento e meio ambiente?**

*SUSTAINABLE DEVELOPMENT: solution or reproduction of the problem between development and the environment?*

**Adriano Oliveira Fahel<sup>1</sup>**

### **Resumo**

Busca-se uma discussão acerca da ideia de desenvolvimento, noção presente desde os gregos, sua relação com a ecologia e em como se chegou ao paradigma da sustentabilidade, consolidando, pois, a enigmática proposta de manutenção dos recursos naturais para atendimento das necessidades atuais e das gerações futuras. Inicialmente serão discutidas as concepções de desenvolvimento sob uma ótica epistemológica, após, far-se-á um breve resumo acerca do surgimento dos primeiros estudos da ecologia e a relação científica do homem com o meio ambiente, para então adentrar às questões relativas ao modelo atual de desenvolvimento sustentável. Será proposta a ideia de que o desenvolvimento sustentável é um conceito vago que intensifica ainda mais os problemas atuais relacionados ao desenvolvimento e meio ambiente. Por meio do lançamento da sustentabilidade como uma regra na modernidade da relação homem e natureza, é reproduzido outra forma de conflito, não mais pelo acesso direto aos ecossistemas naturais, mas pela falta de uma solidez conceitual que fortalece a apropriação tecnocrática e econômica do meio ambiente.

**Palavras-chave:** Ecologia. Desenvolvimento. Sustentabilidade. Recursos Naturais.

### **Abstract**

This work searches a discussion about the idea of development, notion present since the old Greeks, their relationship with ecology and how the paradigm of sustainability was reached, thus consolidating the enigmatic proposal of maintaining natural resources to meet current needs and future generations. Afterwards, the conceptions

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia - PPGDRA da Universidade Federal de Roraima.

of development will be discussed under an epistemological point of view. In a summary, this work will sum up the emergence of the first studies of ecology and the scientific relationship between man and the environment, and then to enter into questions related to the current model sustainable development. It proposes that sustainable development is a vague concept that further intensifies current problems related to development and the environment. Through the launching of sustainability as a rule in the modernity of the relationship between man and nature, another form of conflict is reproduced, no longer through direct access to natural ecosystems, but due to the lack of a conceptual solidity that strengthens the technocratic and economic appropriation of the environment.

**Keywords:** Ecology. Development. Sustainability. Natural Resources.

## INTRODUÇÃO

A presente discussão gira em torno de uma única pergunta: o conceito de desenvolvimento sustentável é solução ou reprodução do problema entre desenvolvimento, recursos naturais e meio ambiente?

A relação entre homem e natureza não pode ser identificada como um ponto fixo e constante em toda sua história, mas sim, pela sua dinamicidade oriunda das variadas formas de reprodução política, econômica, social e cultural, o que, invariavelmente, fez com que a humanidade reformulasse sua ótica sob o meio natural. A exemplo somente do século passado, transitou-se de uma concepção de cornucopiana dos recursos naturais e sua exploração desmesurada até a ideia do crescimento zero fortemente defendida pelo Clube de Roma em seu relatório denominado “Os limites do crescimento”. Estudos éticos sobre o modo de ligação entre homem e natureza também foram identificados em graus variados e segmentados por suas antípodas, a exemplo do antropocentrismo e geocentrismo<sup>2</sup>, biocentrismo e antropocentrismo<sup>3</sup>, antropocentrismo, antropocentrismo alargado e

---

2 BARROS-PLATIAU, Ana Flávia. Meio ambiente e relações internacionais: perspectivas teóricas, respostas institucionais e novas dimensões de debate. Revista brasileira de Política internacional, v. 47, n. 2, p. 100-130, 2004.

3 SALA, Jorge Francisco Aguirre. The hermeneutics contribution to environmental bioethics faced with the biocentric versus anthropocentric dilemma in the globalization era. Acta Bioethica, v. 21, n. 2, p. 237-247, 2015.

ecologia profunda<sup>4</sup>, ecocentrismo e antropocentrismo<sup>5</sup>, entre outros. O que se tem, portanto, é uma profusão de formas de identificar-se com o meio natural, sobretudo, em virtude das discussões teóricas ascendidas no século XX.

Nessa esteira, em meio à concepção geral da Terra como conjunto de recursos naturais para satisfação das necessidades humanas, à concepção malthusiana de escassez dos recursos naturais, ao ambientalismo romântico surgido nos Estados Unidos e capitaneado por teorias como a “Gaia” de James Lovelock e à insaciabilidade da reprodução do capital e do lucro, são popularizados, na década de 1980, os termos sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, trazido às discussões internacionais com o Relatório da Comissão Brundtland para o Meio Ambiente e Desenvolvimento que cunhou a expressão: “desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”<sup>6</sup>. Pode-se afirmar que esse Relatório passou a ser um novo marco na pauta internacional da relação entre desenvolvimento, meio ambiente e recursos naturais. Vale ressaltar que apesar de as noções de desenvolvimento sustentável serem popularizadas pelo Relatório Brundtland, Fergus e Rowney<sup>7</sup> apontam o fato de que tal tentativa de conciliação entre explorar e preservar já fora elaborada por alguns pensadores em séculos anteriores, tal como John Stuart Mill, quem já havia empregado tais noções em sua obra “Princípios da Política Econômica” no ano de 1848.

Embora o emprego rotineiro do termo sustentabilidade transpareça uma ideia de solução entre exploração dos ecossistemas e satisfação das necessidades humanas, quando empregado fora do senso comum, caracteriza-se como um termo de alta complexidade prática, teórica e epistemológica, amplamente estudado pela literatura<sup>8</sup>. Assim, propõe-se uma reflexão acerca de como o conceito de

---

4 LEITE, José Rubens Morato; DEARAÚJO AYALA, Patryck. A transdisciplinaridade do direito ambiental e a sua equidade intergeracional. Sequência; Estudos Jurídicos e Políticos, v. 21, n. 41, p. 113, 2000.

5 ROLLA, F. Ética Ambiental: Principais Perspetivas Teóricas e a Relação Homem-Natureza. Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2010.

6 RELATÓRIO BRUNDTLAN. Nosso Futuro Comum. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/12906958/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum-Em-portugues> Acesso em: out. 2017. sp.

7 FERGUS, Andrew HT; ROWNEY, Julie IA. Sustainable development: lost meaning and opportunity?. Journal of business ethics, v. 60, n. 1, p. 17-27, 2005.

8 Veja, por exemplo, os estudos presentes em: <FERGUS, Andrew HT; ROWNEY, Julie IA. Sustainable development: lost meaning and opportunity?. Journal of business ethics, v. 60, n. 1, p. 17-

sustentabilidade liga-se ao desenvolvimento e ao meio ambiente. Para tanto, serão discutidas questões como a evolução conceitual de desenvolvimento e como se apropriou dos estudos da história natural para conciliá-lo naquilo que foi proposto como desenvolvimento sustentável. Após, serão verificados os problemas conceituais enfrentados pelo uso do desenvolvimento sustentável e sua propriedade elástica de incluir inúmeras formas de emprego entre desenvolvimento e recursos naturais.

A condução desse estudo partirá da ideia de que a relação homem versus natureza e desenvolvimento versus recursos naturais sempre foi uma relação de meio para fim e que o despertar, na segunda metade do século passado, da existência de um conflito entre progresso e preservação, bem como sua tentativa de solução por meio do emprego do modelo de desenvolvimento sustentável é somente uma nova ótica de reproduzir tão antiga relação de utilização do meio ambiente como instrumento reprodutor das estruturas de poder, agora, não mais pela utilização direta, mas sim, pela ausência de um conceito concreto que consolide o modo de relação entre homem e natureza.

Posto isso, o mote deste trabalho é a busca, tão somente, da explanação de um problema teórico e conceitual dos inúmeros empregos das palavras desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, além da proposição de uma reflexão acerca de sua fragilização conceitual e consequências práticas dentro da sociedade moderna. Dessa maneira, o objetivo principal da presente pesquisa é verificar os efeitos de uma fragilização prática e conceitual dos termos sustentabilidade e desenvolvimento sustentável no contexto das políticas ambientais brasileiras. São também delineados os seguintes objetivos secundários para o alcance do problema geral: as concepções de desenvolvimento sob uma ótica epistemológica, resumir o surgimento dos primeiros estudos da ecologia e a relação científica do homem com o meio ambiente e, por último, discutir questões relativas ao modelo atual de desenvolvimento sustentável.

---

27, 2005>; <LELE, Sharachchandra M. Sustainable development: a critical review. World development, v. 19, n. 6, p. 607-621, 1991>; <REDCLIFT, Michael R.. Sustainable development (1987-2005): an oxymoron comes of age. Horiz. Antropol., Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 65-84, June 2006>; <RIBEIRO, Gustavo Lins. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado. Nova ideologia/utopia do desenvolvimento. Revista de antropologia, p. 59-101, 1991>; e <STRONG, Maurice. Where on Earth are we going?. Vintage Canada, 2010>.

Para o alcance dos objetivos ora traçados é lançada a hipótese de que os termos sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, por conta da ausência de uma solidez conceitual e de uma concreta aplicação prática no contexto das políticas ambientais brasileiras, fortalece a apropriação tecnocrática e econômica do meio ambiente pelos diversos atores sociais interessados. O método empregado para solução deste problema será a de refutar ou corroborar essa hipótese, por meio de sua verificação ao curso do levantamento dos dados e suas discussões contidas neste trabalho cuja coleta será estritamente bibliográfica.

## **1. DESENVOLVIMENTO**

A necessidade de desenvolvimento talvez seja tão antiga quanto a própria sociedade, ou seja, o fato de desenvolver pressupõe um caminhar dentro de uma perspectiva imanente ao espaço e tempo, nos quais o ser humano está inexoravelmente inserido.

As primeiras noções de desenvolvimento remontam à Grécia Antiga que indicam principalmente a ideia de progresso a um experimento constante de crescimento, este, quando interrompido, implica no perecimento do ser. Sendo assim, logo nas primeiras alusões conceituais de desenvolvimento, a necessidade de um constante progresso já estava presente nos gregos, os quais, a exemplo de Aristóteles, faziam analogias botânicas ao desenvolvimento de uma planta, comparando à potência humana e seu alinhamento cosmológico.

Entretanto, indica-se como marco inicial deste termo como conceito científico, o contexto Europeu da Segunda Guerra Mundial, tal como explica Amaro<sup>9</sup>: “(...) para delimitar os principais traços de um percurso que vem, enquanto conceito cientificamente assumido, desde a Segunda Guerra Mundial até à actualidade, mas com referências ao início das sociedades industriais (...)”. Embora haja um crédito inicial para o contexto de desenvolvimento ocorrido no pós Segunda Guerra, há, no estudo desse conceito, vários momentos históricos e indenitários de grandes viradas

---

9 AMARO, Rogério Roque. Desenvolvimento e Injustiça. Estrutural. In *Communio*, n.º 5, Setembro - Outubro, pp. 449-459, Lisboa, 1990. Pág. 02.

no seu significado, a exemplo das descritas por Amaro<sup>10</sup>: o surgimento das causas das riquezas das nações com Adam Smith; o contexto pós-guerra; perspectiva Eurocentrada; o foco no crescimento econômico; o olhar para o desenvolvimento humano e injustiças estruturais; o novo olhar a partir na década de 70; assunção de desenvolvimento como desafio do milênio; questionamentos sobre reformulação de um novo conceito ou seu abandono; e, por último, reconhecimento da necessidade de revisões paradigmáticas.

Apesar do fato de que a presente discussão não tenha o objetivo de esgotar estas fases, percebe-se a existência de uma dinamicidade de pensamento que acompanha o homem por toda sua jornada existencial e intelectual, o qual, como ser ativo no fazer-histórico, reformula suas posturas de atuação em decorrência dos efeitos desse próprio fazer-histórico, tal como se fosse um mecanismo de “feedback” que retroalimentasse positivamente ou negativamente suas posturas adotadas.

Um oportuno enfoque epistemológico do conceito de desenvolvimento proporciona a percepção das relações e mudanças que sua concepção vem sofrendo de acordo as orientações políticas, econômicas e sociais vivenciadas em cada época. A exemplo, destaca-se a forma inicial do reconhecimento da definição de desenvolvimento como puramente econômica (oriundo da teoria de Adam Smith quem escreveu, em 1776, a Riqueza das Nações) e eurocentrado (fruto da guinada industrial moderna), os quais criaram mitos de desenvolvimento tais como destaca Amaro<sup>11</sup>: economismo; produtivismo; consumismo; quantitativismo; industrialismo; tecnologismo; racionalismo; urbanicismo; antropocentrismo; etnocentrismo; uniformismo; entre outros. A despeito da associação técnica do crescimento ao desenvolvimento de uma nação, passou-se a buscar novas concepções para aquilo que o homem denominava de desenvolvimento de uma nação, dado que houve um cediço mal-estar na sociedade causado pela elevação da pura progressividade técnica e valoração de indicadores econômicos em detrimento de enfoques mais humanitários.

---

10 AMARO, Rogério Roque. Desenvolvimento—um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. Cadernos de Estudos Africanos, n. 4, p. 35-70, 2003.

11 AMARO, Rogério Roque. Desenvolvimento e Injustiça.

Nesse contexto, Amaro<sup>12</sup> sinaliza que nos finais dos anos 60 e início da década de 70, as abordagens de desenvolvimento tiveram uma virada fundamental, levando a que nos seus próximos trinta anos “se desencadeie uma busca intensa de novas conceptualizações e estratégias”<sup>13</sup>. É justamente diante dessa nova guinada conceitual, que se iniciam as apresentações de desenvolvimento sob óticas diversas daquelas puramente econômicas, o que, nesse trilha, surgiu o conceito de desenvolvimento sustentável.

Há que ser revelado, no entanto, que as críticas quanto à imprescindibilidade da perseguição de um modelo existencial pautado no desenvolvimento possuem variadas críticas, corroboradas pela produção de certa corrente de teóricos, os quais, frente a evidente frustração metodológica do caminho seguido pela sociedade, acredita que a melhor solução a ser adotada pelo mundo seria o abandono do conceito de desenvolvimento e reconstrução de uma nova agenda, conforme defende Rahnema<sup>14</sup>.

Em suma, é salutar deduzir que o caminho das identidades conceituais de desenvolvimento envolve uma multiplicidade de posturas que, excluindo o enfoque epistemológico, elas se tornam simples, contudo, muitas vezes inaplicáveis, já, de outro modo, quando analisadas de forma minuciosa, obviamente sua identificação torna-se uma tarefa deveras complexa e mais aproximada da realidade enfrentada pelos sujeitos que se deparam com a compreensão desenvolvimentista.

## **2. ECOLOGIA E AMBIENTALISMO**

A ecologia é o estudo científico das interações entre os indivíduos e o meio em que estão inseridos. O termo tem sua origem nos grandes naturalistas do século XIX, a quem se atribui o primeiro emprego ao zoólogo alemão Ernst Haeckel cuja conceituação se deu como o estudo das economias das formas vivas<sup>15</sup>. Do século XIX em diante, o estudo da ecologia passou por inúmeras descobertas de natureza

---

12 AMARO, Rogério Roque. Desenvolvimento—um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria.

13 AMARO, Rogério Roque. Desenvolvimento—um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. Pág. 12.

14 RAHNEMA, Majid et al. The post-development reader. Zed Books, 1997.

15 ECOLOGY. The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Winter 2016 Edition), Edward N. Zalta (ed.), forthcoming URL = <<http://plato.stanford.edu/archives/win2016/entries/ecology/>>.

científica, as quais incluíram diversificadas pesquisas nesse campo do saber. Alguns dos principais temas da ecologia giram em torno das pesquisas de populações, comunidades e ecossistemas, no entanto, são incluídos também como estudos ecológicos a conservação da ecologia, ecologia de ecossistemas, ecologia de metapopulações, ecologia da paisagem, ecologia evolucionária, filosofia da ecologia, entre outros. No entanto, o que é comum entre todas essas segmentações teóricas é que diferentes interações entre seres vivos e meio ambiente podem ser estudadas por meio de modelos que permitem um aprofundamento de natureza científica, sem omitir o fato de que todas essas interações ecológicas não podem deixar de serem analisada à luz da evolução, tal como Dobzhansky<sup>16</sup> aduziu que “nada na biologia faz sentido exceto à luz da evolução. ”

É preciso insistir que a ecologia tem sua origem científica nos estudos dos primeiros naturalistas dos séculos XIX e XX e que a utilização, pelos movimentos sociais, de termos como movimento ecológico e ecopolítica<sup>17</sup>, socialismo ecológico<sup>18</sup>, ecologia social<sup>19</sup>, ecosocialismo<sup>20</sup> e outras inúmeras nomenclaturas, afastaram a ecologia, sob a ótica do senso comum, da sua raiz científica e a aproximaram ao movimento ambientalista. Ribeiro<sup>21</sup> identifica o ambientalismo como movimento social, ideológico que se articula com burocracias estatais, utiliza mecanismos fortemente midiáticos e se apropria de diferentes campos do saber, dentre os quais possui destaque a ecologia. Assim, propõe-se nessa discussão de que a forma como a ecologia é identificada, no senso comum, se aproxima mais ao movimento ambientalista do que aos estudos científicos dos ecossistemas naturais.

Embora o ambientalismo possua raízes no século XIX<sup>22</sup>, o modo como ele se popularizou e ganhou também o discurso moral de valorização da natureza tem sua gênese na leitura das obras românticas americanas que trouxeram uma nova noção

---

16 DOBZHANSKY, T. 1973. “Nothing in Biology Makes Sense Except in the Light of Evolution. ” American Biology Teacher 35: 125-129.

17 VIOLA, Eduardo J. et al. O movimento ecológico no Brasil, 1974-1986: do ambientalismo à ecopolítica. 1987.

18 MARTINS, José Pedro Soares. Terra nave mãe: por um socialismo ecológico. Traço a Traço Editorial, 1991.

19 LAGO, Antônio et al. O que é ecologia. Editora Brasiliense, 1989.

20 LE QUANG, Matthieu; VERCOUTÈRE, Tamia. Ecosocialismo y buen vivir: diálogo entre das alternativas al capitalismo. Ed. IAEN, 2013.

21 RIBEIRO, Gustavo Lins. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado. Nova ideologia/utopia do desenvolvimento. Revista de antropologia, p. 59-101, 1991.

22 BRAMWELL, Anna. Ecology in the twentieth century: a history. 1990.

de pertencimento e contemplação do homem com o natural, notabilidade essa ampliada pela difusão à época de textos tais como os escritos por Henry David Thoreau (1817-1862) e Linnie Marsh Wolfe (1881-1945). Em seguimento, Aldo Leopold (1887-1948) publica *Ética da Terra* (The Land Ethic) que uniu a nova tendência de preservação surgida nos Estados Unidos (wilderness) a uma noção ética filosófica que entendia o homem como mais um parente das demais criaturas que existiam na Terra, cujos seres, incluindo o homem, eram companheiros de uma mesma viagem<sup>23</sup>. Assim, consolida-se recentemente uma nova episteme entre o homem e a natureza, caracterizada sob a égide das novas subjetividades e do pós-modernismo do final do século XX e início do século XXI, todas elas ligados a perspectivas de ordem filosófica com estudos ecológicos, o que se corrobora com formulações teóricas como a subjetividade ecológica<sup>24</sup>, epistemologia ambiental<sup>25</sup>, affordance<sup>26</sup>, ecologia da prática<sup>27</sup>.

### **3. FRAGILIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Como sociedade e nações territorialmente estruturadas com direitos e deveres e uma agenda política voltada ao alcance de objetivos institucionais, a noção de desenvolvimento está sempre presente, de forma transversal, em variados segmentos do governo. Paralelamente à noção de desenvolvimento, aqui entendida conceitualmente como um progresso dentro da agenda capitalista atual, está a necessidade da consideração das relações humanas com a natureza, visão, esta, fruto de inúmeras discussões ocorridas nas décadas de 80 e 90, atribuídas principalmente pela Comissão Brundtland e Eco-92, as quais foram precursoras de uma agenda internacional ambiental solidamente estabelecida nos tempos atuais, tornando a utilização dos recursos naturais em bases sustentáveis uma regra a ser

---

23 LEOPOLD, Aldo. The land ethic. In: The Ecological Design and Planning Reader. Island Press/Center for Resource Economics, 2014. p. 108-121.

24 DE MOURA CARVALHO, Isabel Cristina; STEIL, Carlos Alberto. O habitus ecológico e a educação da percepção: fundamentos antropológicos para a educação ambiental. *Educação & realidade*, v. 34, n. 3, p. 81-94, 2009.

25 LEFF, Enrique. Racionalidade ambiental a reapropriação social da natureza. Editora Record, 2006.

26 TURVEY, Michael T. Affordances and prospective control: An outline of the ontology. *Ecological psychology*, v. 4, n. 3, p. 173-187, 1992.

27 STENGERS, Isabelle. A invenção das ciências modernas. São Paulo, v. 34, 2002.

incluída no modo de relação entre homem e sociedade, considerando as perspectivas sociais, econômicas e ambientais.

O termo desenvolvimento sustentável tem sido usado frequentemente em muitos contextos diferentes, tanto no senso comum quanto no meio acadêmico. Ao mesmo tempo em que este possui ampla plasticidade em acolher variados comportamentos atinentes ao relacionamento entre homem e natureza, a percepção geral é de que uma forma de se desenvolver sustentavelmente pressupõe uma lógica alinhada aos ditames modernos de exploração dos recursos naturais, ou seja, para atendimento das gerações atuais sem comprometer as futuras gerações. Assim, problemas ambientais colocados na pauta de discussões internacionais como efeito estufa, buracos na camada de ozônio, perda da biodiversidade, entre outros, são emergidos com frequência em reuniões entre os estados modernos a fim de solucioná-los por meio de novas práticas de desenvolvimento que inclua as dimensões econômicas, sociais e ambientais.

Apesar da noção de utilização dos recursos naturais em bases sustentáveis ser uma ação imperiosa dentro de um regime internacional ambiental, o conceito que dela se origina, desenvolvimento sustentável, possui uma série de problemas, tanto conceituais quanto epistemológicos, práticos e teóricos. A exemplo, destaca-se o raciocínio desenvolvido por Redclift<sup>28</sup> quem trata esse modelo de desenvolvimento como um oxímoro, dada a sua amplitude de apropriação por inúmeros discursos e, em consequência, a possibilidade de variadas interpretações, as quais fragilizam o emprego do termo e furtam uma lógica concreta de sua aplicabilidade. Acrescenta ainda o autor de que a forma como o desenvolvimento sustentável foi abordado inicialmente, ou seja, de forma simples e identificada pela ideia de atendimento às gerações atuais sem comprometer às futuras, é “(...) enganosa, e obscurece complexidades subjacentes e contradições”<sup>29</sup>.

Outra adversidade enfrentada é a noção de sustentabilidade, a qual implica segundo Lele<sup>30</sup> três sentidos distintos: literal, ecológico e social. O conceito literal

---

28 REDCLIFT, Michael R.. Sustainable development (1987-2005): an oxymoron comes of age. Horiz. Antropol., Porto Alegre , v. 12, n. 25, p. 65-84, June 2006 .

29 REDCLIFT, Michael R.. Sustainable development (1987-2005): an oxymoron comes of age. Pág. 67.

30 LELE, Sharachchandra M. Sustainable development: a critical review. World development, v. 19, n. 6, p. 607-621, 1991; REDCLIFT, Michael R.. Sustainable development (1987-2005): an oxymoron comes of age. Horiz. Antropol., Porto Alegre , v. 12, n. 25, p. 65-84, June 2006.

indica um raciocínio de continuação de alguma coisa. O significado ecológico pressupõe a reflexão sobre a vida humana fundada em bases ecológicas. Já o social considera os valores sociais, instituições, culturas e outras características pertinentes ao mundo da sociedade. Assim, o que se percebe é a tentativa de uma lógica que associe uma relação entre construção de valores, culturas e instituições sociais, dentro de uma perspectiva que considere o homem como um ser vivente dentro de um mundo natural junto a outras espécies cuja associação lógica deve acontecer no campo prático de manutenção ou continuação de alguma coisa. Oportuno se torna dizer que as implicações lógicas da sustentabilidade permitem a criação de um feixe de argumentos que consideram variadas formas de relação com o mundo natural – antropocentrismo, ecocentrismo, biocentrismo – e, ao mesmo tempo, emergem problemas de natureza ética: em como relacionar-se com o mundo natural dentro de uma lógica capitalista moderna; prática: em como utilizar ecossistemas naturais e continuar culturas, instituições e valores de exploração desmesurada; e teórica: em como conciliar visões de mundo tão distintas.

Partindo do pressuposto de que o desenvolvimento induz movimento, construção, progresso e mudança e de que sustentabilidade pressupõe a manutenção e o prolongamento das coisas tais quais elas estejam, o conceito de desenvolvimento sustentável enfrenta aquilo que Fergus e Rowney<sup>31</sup> chamam de “desconstrução semântica”. Assim, os autores levantam a reflexão de que em sua literalidade desenvolvimento sustentável significaria uma manutenção de uma construção. No entanto, as construções literais não são suficientes para a reflexão de um problema, que no caso concreto, exige-se a compreensão de que este conceito está inserido em três grandes contextos que são o social, econômico e ambiental. Considerando essa inserção contextual, desenvolvimento sustentável possui dois potenciais de interpretação<sup>32</sup>: o primeiro, sob a ótica objetiva, passa a ideia de um progresso humano em uma direção que integre o passado, presente e futuro; já o segundo, sob uma ótica processual, implica em um discurso que integre conhecimentos científicos, filosofia e ferramentas de medições. Nessa tentativa de integração, o que ocorre na prática, segundo os autores, é a utilização de uma

---

31 FERGUS, Andrew HT; ROWNEY, Julie IA. Sustainable development: lost meaning and opportunity?. *Journal of business ethics*, v. 60, n. 1, p. 17-27, 2005. Pág. 20.

32 FERGUS, Andrew HT; ROWNEY, Julie IA. Sustainable development: lost meaning and opportunity?

racionalidade própria das estruturas de mercado modernas que passam a interpretar esse conceito, sob a ótica objetiva, como crescimento econômico e, sob a ótica processual, como uma querela de questões relacionadas a fatos científicos e metodologias para aplicação e interpretação dos fatos.

Outra dificuldade enfrentada na definição de desenvolvimento sustentável é descrito em Ribeiro<sup>33</sup> cujo argumento caracteriza o desenvolvimento sustentado como uma apropriação do movimento ambientalista, este identificado como movimento social internacional de forte aparato ideológico. O autor segue na linha argumentativa de que o ambientalismo, como ideologia, no intuito de sobreviver ao radicalismo notabilizado pela lógica do crescimento zero, buscou um “meio-termo”<sup>34</sup> entre o radicalismo da não exploração dos recursos naturais e as pressões econômicas e políticas que defendiam o desenvolvimento como progresso econômico. Portanto, para o autor, desenvolvimento sustentável é o núcleo da ideologia ambiental que buscou sua sobrevivência, frente às macroestruturas econômicas, e sucesso no cenário internacional, alcançado com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, no Rio de Janeiro. Nesse trilha, ainda se destaca que esse modo de apropriação ideológica de um conceito, tal como o desenvolvimento sustentável, impediu a emergência de propostas mais complexas e mais sólidas como o etnodesenvolvimento<sup>35</sup> e o ecodesenvolvimento<sup>36</sup>, as quais possuem um maior nível de elaboração e, portanto, teriam uma maior probabilidade de solucionar o problema entre economia, sociedade e meio ambiente.

#### **4. APROPRIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Reconhecer a construção dos conceitos de desenvolvimento e como tem sido sua ligação com os estudos ecológicos e o movimento ambientalista é um passo importante para o reconhecimento da relação entre sociedade moderna e natureza

---

33 RIBEIRO, Gustavo Lins. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado. Nova ideologia/utopia do desenvolvimento. Revista de antropologia, p. 59-101, 1991.

34 RIBEIRO, Gustavo Lins. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado. Pág. 75

35 STAVENHAGEN, Rodolfo. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista.

36 SACHS, Ignacy. Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir. In: Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir. Vértice, 1986.

cujo termo que resume esse contexto é denominado de desenvolvimento sustentável. Contudo, mais importante do que esse reconhecimento é a oportunidade de refletir acerca da problemática gerada pela construção desse termo e em como ele é empregado na agenda política atual. Aponta-se que o desenvolvimento sustentável possui três fragilizações principais: a elasticidade conceitual e amplo emprego do termo por variados discursos, a utilização do termo de forma fragmentada em diferentes potenciais de interpretação e a apropriação do movimento ambientalista como bandeira ideológica. O que se tem, pois, é uma dificuldade tanto prática, quanto teórica de empregar uma agenda política de desenvolvimento dada a fragilização do termo.

Com o intuito de compreender os efeitos dessa fragilização do desenvolvimento sustentável e como ele é apropriado pelas estruturas modernas do capitalismo, sobretudo o mercado e a tecnocracia, serão utilizados as contribuições da Teoria da Ação Comunicativa – TAC do filósofo alemão Jürgen Habermas<sup>37</sup> quem analisa a Racionalidade Comunicativa nas estruturas democráticas modernas e suas possibilidades de utilização das razões dentro dos diálogos na esfera pública. Por meio da TAC, Habermas segmenta as razões adotadas pelos sujeitos interessados em duas formas principais de agir: de um lado está o agir estratégico ou instrumental direcionado ao atendimento de interesses próprios, ao sucesso individual e movidos pela necessidade de manutenção das estruturas econômicas e de poder vigentes, do outro, o agir comunicativo, este, voltado ao atingimento de um consenso por meio de pressupostos de validade argumentativa que são a compreensibilidade, verdade, correção normativa e sinceridade, os quais, unidos, possibilitam o diálogo entre os sujeitos presentes.

O que há, portanto, no caso do desenvolvimento sustentável é uma crise de legitimidade – descrita por Habermas<sup>38</sup> quando as sociedades capitalistas dominadas pelo avanço tecnológico e pelas estruturas de mercado e poder, “colonizam”, por meio de uma razão instrumental, o método principal de agir comunicativamente da sociedade. Assim a perda da legitimidade ocorre quando há

---

37 A obra se encontra em dois volumes: <HABERMAS, J. The Theory of Communicative Action: Volume 1 Reason and the Rationalization of Society. Beacon Press, Boston. 1984.> e <HABERMAS, J. Theory of Communicative Action Volume 2: Lifeworld and System: a Critique of Functionalist Reason. Beacon Press. 1987>.

38 HABERMAS, J. The Theory of Communicative Action: Volume 1 Reason and the Rationalization of Society. Beacon Press, Boston. 1984.

uma burocratização e monetarização<sup>39</sup> das práticas cotidianas sociais, ou seja, uma colonização do mundo da vida pelo sistema. A ideia de colonização do mundo da vida pelo sistema é introduzida por Habermas, quem define mundo da vida como o mundo cotidiano vivido pelos indivíduos onde é orientado pelas interações simbólicas, frutos de processos sociais, históricos e culturais, conceituação pela qual tem suas raízes, inclusive na própria nomenclatura, na fenomenologia de Edmund Husserl. Já o sistema é um campo, também social, no entanto está fechado em uma lógica própria sem a capacidade de interagir a qualquer coisa externa a ele cuja finalidade está direcionada às estratégias de manutenção do próprio poder e à replicação de suas estratégias de lucro, tal conceito tem sua origem na teoria crítica da escola de Frankfurt e mais profundamente na teoria marxista.

Em poucas palavras, o que se sucede com o desenvolvimento sustentável é a apropriação de uma racionalidade instrumental sobre a racionalidade comunicativa, dado que, em virtude das fragilizações enfrentadas por este termo, as suas práticas são dominadas por uma burocracia estatal – muitas vezes adstritas ao meio acadêmico e agentes políticos, os quais se limitam a querelas conceituais, metodológicas e de empregos de fundos de investimentos – pelo mercado e pelo poder – os quais se utilizam de escamoteamentos da realidade para manutenção das estruturas lucrativas e de poder, tal como as descritas em Bernadin<sup>40</sup> quem argumenta sobre o império ecológico e a dominação pelos argumentos ambientais ou também pelo raciocínio estrutural cepalino de dominação centro-periferia através da lógica de preservação ambiental<sup>41</sup>. Semelhante reflexão é presente em Fergus e Rowney<sup>42</sup> cuja descrição acusa a perda semântica do conceito original de desenvolvimento sustentável para uma ênfase em argumentos econômicos. Assim, continuam aduzindo, que o mundo da racionalidade instrumental absorveu sistematicamente o conceito de desenvolvimento sustentável, exemplificada pela

---

39 HABERMAS, J. Theory of Communicative Action Volume 2: Lifeworld and System: a Critique of Functionalist Reason. Beacon Press. 1987.

40 BERNADIN, Pascal. O império ecológico. Campinas, SP. 2015.

41 Ver por exemplo: <BECKER, Bertha K. Geopolítica da amazônia. Estudos avançados, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005> e <CRUZ, Getúlio Alberto de Souza. Roraima: laboratório de experiência dos regimes internacionais de meio ambiente e direitos humanos na Amazônia legal. 2015>.

42 Idem.

perda crescente das identidades presentes nas “instituições e culturas tradicionais na formação das estruturas sociais”<sup>43</sup>.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo deste trabalho foi propor uma reflexão acerca do desenvolvimento sustentável dentro da sua capacidade de solucionar ou reproduzir os problemas enfrentados pela relação moderna entre o homem e recursos naturais. O conceito de desenvolvimento notadamente tem o poder de levantar reflexões acerca da integração da humanidade com os recursos naturais, com os ecossistemas e com o próprio homem de modo presente ou inter-geracional. Enfim, este termo tem grande potencial de discursividade nos variados ambientes e grupos sociais cuja busca dar-se pela capacidade de propor uma nova postura para o futuro do desenvolvimento humano que não aquela problematizada na última metade do século XIX de exploração desmesurada dos recursos naturais.

Discutiu-se sobre a origem das primeiras reflexões acerca do desenvolvimento sustentável, apresentando as mais variadas denominações e implicações teóricas do uso do termo e suas discussões éticas acerca da relação homem e natureza. No que tange à ligação do desenvolvimento com os estudos ecológicos, percebe-se que é muito comum a sua associação quando tocadas as temáticas de sustentabilidade, no entanto, a partir de resumida investigação conceitual de desenvolvimento e ecologia, resta esclarecido que tal modo de ligação semântica senão equivocado, é, no mínimo forçoso, visto que o núcleo da ecologia tem sua origem nos estudos da história natural pelos grandes naturalistas europeus dos séculos XVIII e XIX cujo mote não há nenhuma ligação com o movimento ambientalista, tal qual o desenvolvimento sustentável está associado hoje sob a ótica do senso comum.

Foram identificadas três causas principais que fragilizam o termo desenvolvimento sustentável: a elasticidade conceitual e amplo emprego do termo por variados discursos, a sua utilização de forma fragmentada em diferentes

---

43 HABERMAS, J. Theory of Communicative Action Volume 2: Lifeworld and System: a Critique of Functionalist Reason. Beacon Press. 1987, *apud* FERGUS, Andrew HT; ROWNEY, Julie IA. Sustainable development: lost meaning and opportunity?. Journal of business ethics, v. 60, n. 1, p. 17-27, 2005. Pág. 25.

potenciais de interpretação e a apropriação do movimento ambientalista como bandeira ideológica. Assim, diante de uma fragilização tanto teórica quanto prática, a capacidade do desenvolvimento sustentável de impor na agenda atual uma nova discussão acerca da relação entre a humanidade e a exploração dos recursos naturais é mitigada e cedido espaço para a apropriação da racionalidade instrumental, dita aquela própria das instituições burocráticas, do mercado e poder. Além disso, a adoção do desenvolvimento sustentável como pauta de uma ética ambiental moderna, impediu o amadurecimento de conceitos mais elaborados e que talvez, pela maior complexidade de argumentos que eles propuseram, poderiam trazer novas soluções à problemática homem e natureza.

Assim, é defendido que o conceito de desenvolvimento sustentável não soluciona o problema dos conflitos do modelo de desenvolvimento adotado frente a exploração dos recursos naturais, mas sim reproduz uma racionalidade de mercado e de poder, em detrimento de uma potencial discussão aberta, na esfera democrática atual, entre os diversos interessados no tema, sejam sociedades tradicionais e indígenas, ambientalistas, sociedade acadêmica, políticos, lideranças econômicas e interessados em geral.

## REFERÊNCIAS DAS FONTES CITADAS

AMARO, Rogério Roque. Desenvolvimento e Injustiça. Estrutural. In *Communio*, n.º 5, Setembro - Outubro, pp. 449-459, Lisboa, 1990.

AMARO, Rogério Roque. Desenvolvimento—um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. *Cadernos de Estudos Africanos*, n. 4, p. 35-70, 2003.

BARROS-PLATIAU, Ana Flávia. Meio ambiente e relações internacionais: perspectivas teóricas, respostas institucionais e novas dimensões de debate. *Revista brasileira de Política internacional*, v. 47, n. 2, p. 100-130, 2004.

BECKER, Bertha K. Geopolítica da amazônia. *Estudos avançados*, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005.

BERNADIN, Pascal. O império ecológico. Campinas, SP. 2015.

BRAMWELL, Anna. *Ecology in the twentieth century: a history*. 1990.

CRUZ, Getúlio Alberto de Souza. Roraima: laboratório de experiência dos regimes internacionais de meio ambiente e direitos humanos na Amazônia legal. 2015.

DE MOURA CARVALHO, Isabel Cristina; STEIL, Carlos Alberto. O habitus ecológico e a educação da percepção: fundamentos antropológicos para a educação ambiental. *Educação & realidade*, v. 34, n. 3, p. 81-94, 2009.

DOBZHANSKY, T. 1973. "Nothing in Biology Makes Sense Except in the Light of Evolution." *American Biology Teacher* 35: 125-129.

ECOLOGY. The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Winter 2016 Edition), Edward N. Zalta (ed.), forthcoming URL = <http://plato.stanford.edu/archives/win2016/entries/ecology/>.

FERGUS, Andrew HT; ROWNEY, Julie IA. Sustainable development: lost meaning and opportunity?. *Journal of business ethics*, v. 60, n. 1, p. 17-27, 2005.

HABERMAS, J. The Theory of Communicative Action: Volume 1 Reason and the Rationalization of Society. Beacon Press, Boston. 1984.

HABERMAS, J. Theory of Communicative Action Volume 2: Lifeworld and System: a Critique of Functionalist Reason. Beacon Press. 1987.

LAGO, Antônio et al. O que é ecologia. Editora Brasiliense, 1989.

LEITE, José Rubens Morato; DEARAÚJO AYALA, Patryck. A transdisciplinaridade do direito ambiental e a sua equidade intergeracional. *Seqüência; Estudos Jurídicos e Políticos*, v. 21, n. 41, p. 113, 2000.

LE QUANG, Matthieu; VERCOUTÈRE, Tamia. Ecosocialismo y buen vivir: diálogo entre das alternativas al capitalismo. Ed. IAEN, 2013.

LEFF, Enrique. Racionalidade ambiental a reapropriação social da natureza. Editora Record, 2006.

LELE, Sharachchandra M. Sustainable development: a critical review. *World development*, v. 19, n. 6, p. 607-621, 1991.

LEOPOLD, Aldo. The land ethic. In: *The Ecological Design and Planning Reader*. Island Press/Center for Resource Economics, 2014. p. 108-121.

MARTINS, José Pedro Soares. Terra nave mãe: por um socialismo ecológico. Traço a Traço Editorial, 1991.

RAHNEMA, Majid et al. The post-development reader. Zed Books, 1997.

REDCLIFT, Michael R.. Sustainable development (1987-2005): an oxymoron comes of age. *Horiz. Antropol.*, Porto Alegre , v. 12, n. 25, p. 65-84, June 2006 .

RELATÓRIO BRUNDTLAN. Nosso Futuro Comum. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/12906958/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum-Em-portugues> Acesso em: out. 2017.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado. Nova ideologia/utopia do desenvolvimento. Revista de antropologia, p. 59-101, 1991.

ROLLA, F. Ética Ambiental: Principais Perspetivas Teóricas e a Relação Homem-Natureza. Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2010.

SALA, Jorge Francisco Aguirre. The hermeneutics contribution to environmental bioethics faced with the biocentric versus anthropocentric dilemma in the globalization era. Acta Bioethica, v. 21, n. 2, p. 237-247, 2015.

SACHS, Ignacy. Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir. In: Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir. Vértice, 1986.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. Anuário antropológico, v. 84, p. 11-44, 1985.

STENGERS, Isabelle. A invenção das ciências modernas. São Paulo, v. 34, 2002.

STRONG, Maurice. Where on Earth are we going?. Vintage Canada, 2010.

TURVEY, Michael T. Affordances and prospective control: An outline of the ontology. Ecological psychology, v. 4, n. 3, p. 173-187, 1992.

VIOLA, Eduardo J. et al. O movimento ecológico no Brasil, 1974-1986: do ambientalismo à ecopolítica. 1987.